

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Itumbiara Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 16 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

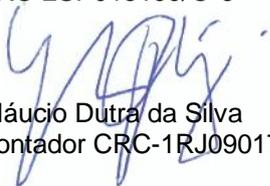
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	33.499	26.613
Contas a receber – partes relacionadas		3.390	8
Concessionárias e permissionárias	8	20.475	26.304
Estoques		329	873
Adiantamento a fornecedores		1.040	2.214
Impostos a recuperar	9	974	1.928
Outros ativos circulantes		2.302	2.134
		<u>62.009</u>	<u>60.074</u>
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		1.673	1.685
Imobilizado não vinculados à concessão		3.660	3.169
Imobilizado	10	601.887	621.545
Intangível	11	7.539	7.705
		<u>614.759</u>	<u>634.104</u>
		<u>676.768</u>	<u>694.178</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		759	175
Fornecedores - partes relacionadas	24	988	7
Empréstimos - partes relacionadas	12	75.366	110.903
Impostos e contribuições sociais	13	24.248	35.848
Taxas regulamentares	14	9.635	8.579
Dividendos propostos	16	5.079	4.090
Outros passivos circulantes		4.676	4.186
		120.751	163.788
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	12	149.416	221.211
Outras provisões - compensação ambiental		584	532
Provisão para contingências	15	168	168
Outros passivos não circulantes		4.922	4.593
		155.090	226.504
Patrimônio líquido	16		
Capital social		373.710	373.710
Reserva legal		13.130	7.927
Reserva de lucros		246.972	149.107
Prejuízos acumulados		(232.885)	(226.858)
		400.927	303.886
		676.768	694.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	17	177.394	167.805
Custo da operação	18	<u>(42.000)</u>	<u>(41.059)</u>
Lucro bruto		135.394	126.746
Despesas gerais e administrativas	19	(15.516)	(15.719)
Outras receitas operacionais	21	<u>7.218</u>	<u>6.850</u>
Lucro antes do resultado financeiro		127.096	117.877
Resultado financeiro	22	<u>(14.735)</u>	<u>59.752</u>
Receita financeira		36.348	136.946
Despesa financeira		(51.083)	(77.194)
Resultado antes dos impostos		<u>112.361</u>	<u>177.629</u>
Imposto de renda e contribuição social		(14.332)	(36.821)
Lucro líquido do exercício		<u>98.029</u>	<u>140.808</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	98.029	140.808
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>98.029</u>	<u>140.808</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	373.710	-	-	(209.126)	164.584
Lucro líquido do exercício	-	-	-	140.808	140.808
Reserva legal	-	7.927	-	(7.927)	-
Reserva de lucro	-	-	149.107	(149.107)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.506)	(1.506)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	373.710	7.927	149.107	(226.858)	303.886
Lucro líquido do exercício	-	-	-	98.029	98.029
Reserva legal	-	5.203	-	(5.203)	-
Reserva de lucro	-	-	97.865	(97.865)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(988)	(988)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	373.710	13.130	246.972	(232.885)	400.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	112.361	177.629
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros e variações cambial sobre empréstimos	16.845	(59.229)
Depreciação e amortização	23.576	23.251
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	603	-
Outras provisões	428	973
Outras provisões - compensação ambiental	52	61
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	5.225	(3.681)
Estoques	544	2.790
Impostos a recuperar	953	(872)
Adiantamentos a fornecedores	1.174	(1.375)
Outros ativos	(3.538)	(2.697)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.566	(1.084)
Tributos e contribuições sociais	2.753	(35)
Taxas regulamentares	1.057	952
Outros passivos	391	(696)
Juros pagos	(12.297)	(13.665)
Impostos pagos	(28.685)	(32.904)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>123.008</u>	<u>89.418</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(4.242)	(32.449)
Baixa de intangível	-	6.222
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(4.242)</u>	<u>(26.227)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	(111.881)	(37.105)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(111.881)</u>	<u>(37.105)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.885</u>	<u>26.086</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>26.613</u>	<u>527</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>33.499</u>	<u>26.613</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporã, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2007 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão ANEEL nº 001/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso.
- (ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás.
- (iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Pela linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso.
- (v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$98.747 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 28 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 217.738 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 221.163 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 16 de Março de 2018.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 9 - Imobilizado e 10 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis,

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber partes relacionadas e concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa são classificados pelo valor justo e contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável são classificados pelo custo amortizado.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento,

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos partes relacionadas, fornecedores – terceiros e fornecedores – partes relacionadas. Os saldos de tais passivos financeiros são classificados pelo custo amortizado.

A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.11. Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

5.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

Modificações ao CPC 03 (R2) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Modificações ao CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Modificações ao CPC 45 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

5.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação da norma. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRACONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo do tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as atualmente.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da norma nas suas demonstrações financeiras.

Até a data da emissão destas demonstrações contábeis regulatórias, o MCSE não especificou tratamento distinto com relação às normas novas e revisadas acima mencionadas.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		62.009	187.975	249.984	60.074	192.223	252.297
Caixa e equivalentes de caixa		33.499	-	33.499	26.613	-	26.613
Contas a receber - aluguel		20.475	-	20.475	8	-	8
Concessionárias e permissionárias		3.390	-	3.390	26.304	-	26.304
Adiantamentos a fornecedores		1.040	-	1.040	2.214	-	2.214
Impostos a recuperar		974	-	974	1.928	-	1.928
Estoques		329	-	329	873	-	873
Ativo financeiro amortizável	a	-	187.975	187.975	-	192.223	192.223
Outros ativos circulantes		2.302	-	2.302	2.134	-	2.134
Ativo não circulante		614.759	165.966	780.725	634.104	147.482	781.586
Ativo financeiro amortizável	a	-	774.451	774.451	-	775.325	775.325
Outros ativos não circulantes		1.673	-	1.673	1.685	-	1.685
Imobilizado não vinculado à concessão		3.660	-	3.660	3.169	-	3.169
Imobilizado	b	601.887	(601.524)	363	621.545	(620.881)	664
Intangível	b	7.539	(6.961)	578	7.705	(6.962)	743
		676.768	353.941	1.030.709	694.178	339.705	1.033.883

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	120.751	-	120.751	163.788	-	163.788
Fornecedores terceiros	759	-	759	175	-	175
Fornecedores partes relacionadas	988	-	988	7	-	7
Empréstimos partes relacionadas	75.366	-	73.366	110.903	-	110.903
Tributos e contribuições sociais	24.248	-	24.248	35.848	-	35.848
Taxas regulamentares	9.635	-	9.635	8.579	-	8.579
Dividendos propostos	5.079	-	5.079	4.090	-	4.090
Outros passivos circulantes	4.676	-	4.676	4.186	-	4.186
Passivo não circulante	155.090	121.056	276.146	226.504	112.847	339.351
Empréstimos partes relacionadas	149.416	-	149.416	221.211	-	221.211
Outras provisões - compensação ambiental	584	-	584	532	-	532
Provisão para contingências	168	-	168	168	-	168
Tributos Diferidos	-	121.056	121.056	-	112.847	112.847
Outros passivos não circulantes	4.922	-	4.922	4.593	-	4.593
Patrimônio líquido	400.927	232.885	633.812	303.886	226.858	530.744
Capital social	373.710	-	373.710	373.710	-	373.710
Reserva de lucros	246.972	-	246.972	149.107	-	149.107
Reserva legal	13.130	-	13.130	7.927	-	7.927
Prejuízo acumulado	(232.885)	232.885	-	(226.858)	226.858	-
	676.768	353.941	1.030.709	694.178	339.705	1.033.883

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	177.394	(5.726)	171.668	167.805	43.992	211.797
Custo da operação	e	(42.000)	17.837	(22.037)	(41.059)	(2.129)	(43.188)
Lucro bruto		<u>135.394</u>	<u>12.111</u>	<u>149.631</u>	<u>126.746</u>	<u>41.863</u>	<u>168.609</u>
Despesas gerais e administrativas		(15.516)	-	(15.516)	(15.719)	-	(15.719)
Outras (despesas)/receitas operacionais		7.218	-	7.218	6.850	-	6.850
Lucro antes do resultado financeiro		<u>127.096</u>	<u>14.237</u>	<u>141.333</u>	<u>117.877</u>	<u>41.863</u>	<u>159.740</u>
Resultado financeiro		(14.735)	-	(14.735)	59.752	-	59.752
Receita financeira		36.348	-	36.348	136.946	-	136.946
Despesa financeira		(51.083)	-	(51.083)	(77.194)	-	(77.194)
Resultado antes dos impostos		<u>112.361</u>	<u>14.237</u>	<u>126.598</u>	<u>177.629</u>	<u>41.863</u>	<u>219.492</u>
Imposto de renda e contribuição social	c	(14.332)	(8.209)	(22.541)	(36.821)	(14.811)	(51.632)
Lucro líquido do exercício		<u>98.029</u>	<u>6.028</u>	<u>104.057</u>	<u>140.808</u>	<u>27.052</u>	<u>167.860</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos	743	14.365
Aplicações financeiras	32.756	12.248
	<u>33.499</u>	<u>26.613</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos poderiam ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e ofereciam uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	21.426	21.647
Vencidas até 30 dias	180	952
Vencidas até 60 dias	5	945
Vencidas até 90 dias	7	947
Vencidas até 120 dias	35	38
Vencidas até 180 dias	87	1
Vencidas há mais de 180 dias	900	3.336
	<u>22.640</u>	<u>27.866</u>
(-) PCLD	<u>(2.165)</u>	<u>(1.562)</u>
	<u>20.475</u>	<u>26.304</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	(1.562)	(1.562)
Complemento de provisão	(603)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(2.165)</u>	<u>(1.562)</u>

9. Impostos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
PIS	1	5
COFINS	6	24
IR	65	479
CSLL	271	283
INSS	631	1.137
	<u>974</u>	<u>1.928</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

10.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

Ativo imobilizado em serviço	Valor em	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em	Valor líquido em
	31/12/2016				31/12/2017			31/12/2017	31/12/2016
Transmissão	759.331	-	-	256	759.587	256	(235.941)	523.649	545.954
Terrenos	510	-	-	-	510	-	-	510	510
Edificações e benfeitorias	10.524	-	-	-	10.524	-	(4.145)	6.379	6.725
Máquinas e equipamentos	746.662	-	-	256	746.918	256	(230.618)	516.300	538.078
Veículos	1.416	-	-	-	1.416	-	(1.016)	400	567
Móveis e utensílios	219	-	-	-	219	-	(159)	60	74
Administração	1.069	23	-	65	1.157	88	(842)	315	614
Máquinas e equipamentos	501	23	-	65	588	88	(320)	268	263
Veículos	516	-	-	-	516	-	(500)	16	318
Móveis e utensílios	52	-	-	-	53	-	(22)	31	33
	760.400	23	-	321	760.744	344	(236.783)	523.964	546.568
Ativo imobilizado em curso	Valor em	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em	Valor líquido em
	31/12/2016				31/12/2017			em 31/12/2017	31/12/2016
Transmissão	74.927	3.204	-	(256)	77.875	2.948	-	77.875	74.927
Máquinas e equipamentos	185	195	-	(254)	126	(59)	-	126	185
Outros	74.742	3.009	-	(2)	77.749	3.007	-	77.749	74.742
Administração	48	65	-	(65)	48	-	-	48	48
Máquinas e equipamentos	43	65	-	(65)	43	-	-	43	43
Outros	5	-	-	-	5	-	-	5	5
	74.975	3.269	-	(321)	77.923	2.948	-	77.923	74.975
	835.376	3.292	-	-	838.668	3.292	(236.783)	601.887	621.545

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	6,47%	759.587	(235.941)	523.649	545.954
Administração	10,97%	1.157	(842)	315	615
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	4.707	(1.047)	3.660	3.169
		765.451	(237.830)	527.624	549.738

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados. A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

10.3. Principais adições do ativo imobilizado em curso 2017

<u>Adições do ativo imobilizado em curso</u>	<u>Material e equipamentos</u>
Edificações e benfeitorias	
Máquinas e equipamentos	283
Veículos	
A Ratear	
Desenvolvimento de projetos	1.941
Reparo de materiais	
Material em depósito	15
Adiantamentos a fornecedores	1.053
	<u>3.292</u>

10.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2017

<u>Imobilizado em serviço operacional</u>	<u>Grupo</u>	<u>Valor</u>
CUBICULO CB02	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	141
REESTRUTURAÇÃO SISTEMA DE SUPERVISÃO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	36
REESTRUTURAÇÃO SISTEMA DE SUPERVISÃO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8
TRANSFORMADOR DE POTENCIAL BDE FT10 13800-R3 115 R3V	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3
CORDÃO OPTICO SM SC/APC,CORDÃO OPTICO SM SC/UPC,CORDÃO OPTICO SM E2/APC,CORDÃO OPTICO SM E2000/APC,CORDÃO OPTICO SM E2000/APC,CORDÃO OPTICO SM E2/APC,CORDÃO OPTICO SM E2/APC,PATCH CORD METALICO CATEGORIA 6 RJ45 1,5METRO,PATCH CORD METALICO CATEGORIA 6 RJ45 2,5METRO,CABO METALICO UTP FLEXIVEL CATEGORIA 6 ,CABO METALICO UTP FLEXIVEL CATEGORIA 6	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	18
NAVEGADOR GPS MAP 64SC GARMIN	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	13
COND AR SPRINGER MCF 125RB 12000FR ELETRONICO MINIMAXI 220V,COND SPLIT 45PEFE36B2NA 36FR ELGIN ECO R410-A 220V - MONOFASICO,EVAP PISO TETO 45PEFI36B2NA 36FR ELGIN R410-A,COND SPLIT 45PEFE 48B4NA 48FR ELGIN ECO R410-A 380V - TRIFASICO,EVAP PISO TETO 45PEF148B2NA 48FR ELGIN R410-A	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	24
ICMS DIFAL - REESTRUTURAÇÃO SISTEMA DE SUPERVISÃO	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1
ICMS DIFAL - REESTRUTURAÇÃO SISTEMA DE SUPERVISÃO	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4
MONITOR DELL DE 27 POLEGADAS P2717H	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	8

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Imobilizado em serviço administrativo	Grupo	Valor
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7470(CORE I5-6300U,RAM 4GB,SSD 256GB,DELL WIFI 1820 COM BLUETOOTH,TECLADO ILUMINADO,BAT.4CEL,DDPE SECURITY 1ANO,OFFICE PRO 2016, WIN 10 PRO)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	18
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7470 (CORE I5-6300U, RAM 4GB,SSD 256 GB,DELL WIFI 1820 COM BLUETOOTH,TECLADO ILUMINADO,BAT,4CEL,DDPE SECURITY 1ANO, OFFICE PRO 2016,WIN 10 PRO)	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	41
ICMS DIFAL - S/NFS 6466396/6341159/6591092 DELL COMPUTADORES	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	6

10.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço 2017

Não houve baixa de ativo imobilizado transmissão no exercício de 2017.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Intangível

11.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2017	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	6.999	-	-	-	6.999	-	(37)	6.962	6.961
Servidões	6.962	-	-	-	6.962	-	-	6.962	6.961
Softwares	37	-	-	-	37	-	(37)	-	-
Administração	1.049	-	-	-	1.049	-	(500)	549	744
Softwares	1.049	-	-	-	1.049	-	(500)	549	744
	8.048	-	-	-	8.048	-	(537)	7.511	7.705
Ativo intangível em curso									
Transmissão	-	28	-	-	28	28			
Servidões	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	28	-	-	28	28			
Administração	-	-	-	-	-	-			
Softwares	-	-	-	-	-	-			
	-	28	-	-	28	28			
	8.048	28	-	-	8.076	28			

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2017		2016
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				Valor líquido
Transmissão	20,00%	6.999	(37)	6.962
Administração	20,00%	1.049	(500)	549
		8.048	(537)	7.511

(i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

11.3. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2017

Não houve adição de ativo intangível de transmissão no exercício de 2017

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos – partes relacionadas

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2017	2016
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2020	Semestral	20/06/2018	Semestral	SAC	N/A	Libor + 2,65% a.a	224.781	332.114
									224.781	332.114
Circulante									75.366	110.903
Não circulante									149.416	221.211
									224.782	332.114

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank (“CDB”) nos montantes de USD 13.951 e USD 13.712, correspondente a R\$ 33.114 e R\$ 30.331 respectivamente. Nas mesmas datas e montantes foi contratado, junto a SGID um empréstimo a custo de *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Em 19 de dezembro de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, a parcela referente ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank no montante de USD 13.525, correspondente a R\$ 35.773. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo ao custo de *Libor* + 2,65% a.a. e vencimento em 20 de junho de 2015 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Em 23 de dezembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de *Libor* + 2,65% a.a. no mesmo montante de USD 135.750, correspondente a R\$ 361.774, com pagamentos de principal e juros em 11 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 24/09/2020.

No ano de 2016 devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal que venceu em junho. O valor foi renegociado para pagamento em junho de 2017. Na ocasião foi pago apenas os juros devidos. Em dezembro a empresa pagou o principal e juros conforme estipulado no contrato.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2019	74.844
2020	74.572
	<u>149.416</u>

13. Tributos e contribuições sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ	14.924	22.826
CSLL	5.016	7.846
PIS	210	292
COFINS	971	1.353
INSS empregado	831	1.266
IRRF	1.625	1.617
Outros	671	648
	<u>24.248</u>	<u>35.848</u>

14. Taxas regulamentares

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	206	754
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	545	548
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	8.884	7.277
	<u>9.635</u>	<u>8.579</u>

(i) **RGR**

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(i) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017 de R\$ 62.963. Conforme Nota Técnica nº 218/2017 a ANEEL estabeleceu o valor de TFSEE de R\$ 60.192 ao mês, período de julho de 2017 a junho de 2018.

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fiscal	168	168
	<u>168</u>	<u>168</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhista	381	19
Fiscal	4.817	27.424
	<u>5.198</u>	<u>27.443</u>

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 373.710 dividido em 373.710 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social é como se segue:

	<u>2017 e 2016</u>
SGID	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já a partir do exercício de 2016.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	104.057	167.860
Absorção de Prejuízo	-	(9.320)
Reserva legal (5%)	(5.203)	(7.927)
Base de cálculo para os dividendos	<u>98.854</u>	<u>150.613</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>988</u>	<u>1.506</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional bruta	204.168	192.959
Receita rateio de antecipação	5.937	13.189
Receita de encargos de transmissão	212.308	200.248
Receita de novas obras RBNI	7.290	6.873
Parcela ajuste do ciclo anterior	(14.416)	(17.019)
Indisponibilidade de equipamentos	(6.995)	(10.332)
Outras receitas de operação	44	-
Deduções da receita operacional	(26.774)	(25.154)
PIS	(3.369)	(3.184)
COFINS	(15.517)	(14.665)
ISS	-	(37)
P&D	(5.104)	(1.678)
RGR	(2.045)	(4.825)
TFSEE	(739)	(765)
	177.394	167.805

18. Custo da operação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(13.074)	(11.314)
Administradores	-	(1.660)
Material	(1.696)	(1.457)
Serviços de terceiros	(1.584)	(1.476)
Depreciação	(22.562)	(22.613)
Arrendamentos e aluguéis	(124)	(191)
Seguros	(267)	(222)
Tributos	(88)	(298)
Gastos diversos	(2.605)	(1.828)
	(42.000)	(41.059)

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(9.470)	(10.953)
Administradores	(2.035)	-
Material	(74)	(41)
Serviços de terceiros	(807)	(828)
Arrendamentos e aluguéis	(115)	(89)
Provisão / reversão	(603)	(566)
Doações	(937)	(1.560)
Tributos	(3)	(1.327)
Depreciação e amortização	(582)	(349)
Outras	(890)	(6)
	(15.516)	(15.719)

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Despesas de pessoal

Pessoal - operação	2017	2016
Remuneração	(8.174)	(7.103)
Administradores	-	(1.660)
Encargos	(2.686)	(2.595)
Benefícios	(1.868)	(1.587)
Outros	(346)	(31)
	(13.074)	(12.976)
Pessoal - administração	2017	2016
Remuneração	(4.471)	(6.129)
Encargos	(2.142)	(2.112)
Benefícios	(894)	(736)
Outros	(3.998)	(1.976)
	(11.505)	(10.953)

21. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2017	2016
Rendas da prestação de serviços	18.817	16.194
Outras receitas e rendas	36	43
Tributos sobre a receita	(2.539)	(1.973)
Pessoal	(6.708)	(4.965)
Depreciação	(431)	(288)
Outros	(1.957)	(2.161)
	7.218	6.850

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

22. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras	36.348	136.946
Receitas de aplicações financeiras	2.784	2.411
Variações cambiais ativas (nota explicativa 12)	32.156	134.532
Tributos sobre receitas financeiras	(205)	-
Outras receitas financeiras	1.613	3
Despesas financeiras	(51.083)	(77.194)
Variações cambiais passivas (nota explicativa 12)	(37.222)	(61.238)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 12)	(11.779)	(14.066)
Outras despesas financeiras	(2.082)	(1.890)
	(14.735)	59.752

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2017 e 2016, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	33.499	26.613
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Concessionárias e permissionárias	8	20.475	26.304
Contas a receber – partes relacionadas	24	3.390	7.573
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos - partes relacionadas	12	224.781	332.114
Fornecedores terceiros		759	175
Fornecedores - partes relacionadas/Contas a pagar	24	988	7

23.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2017. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2017</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos – partes relacionadas	224.782	(9.703)	10.163

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

24.1. Ativo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber - partes relacionadas	3.390	8
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	3.258	-
Outros	132	8

24.2. Passivo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas	225.769	332.120
Aluguel (ii)	6	6
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	982	-
Empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 12)	224.781	332.114

24.3. Resultado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado - partes relacionadas	(16.261)	(14.155)
Despesa aluguel (ii)	(70)	(89)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(4.412)	-
Despesa de juros de empréstimo	(11.779)	(14.066)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

25. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	2.005	2.033
Seguro patrimonial	Risco operacional	325.183	325.183
Veículos	Carros	178	167
		<u>327.366</u>	<u>327.383</u>